

Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica

Pedro Paulo A. Funari¹

Prof. do Departamento de História - IFCH-UNICAMP

pedrofunari@sti.com.br

Resumo

A Arqueologia possui diversas correntes teóricas, cujos paradigmas epistemológicos não são, às vezes, bem conhecidos. Neste contexto, procuro apresentar um quadro geral das posturas mais recorrentes e relaciono essas abordagens à prática contemporânea da Arqueologia Histórica (Funari, Hall e Jones 1999, com bibliografia sobre o tema).

Palavras-chave

Arqueologia – Teoria – Arqueologia Histórica

A Arqueologia só pode ser entendida em seu contexto histórico e social, como alertava Michael Shanks há algum tempo. Desde seu surgimento, diversas teorias desenvolveram-se e, de certa forma, todas elas continuam até hoje sendo utilizadas. Herdeira do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. Esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado. Este modelo está calcado em suas origens filológicas e históricas e surgiu no contexto da busca das origens pré-históricas dos povos europeus, tendo surgido na Alemanha, com Gustav Kossina, e se generalizado graças à genialidade de Vere Gordon Childe. Childe retirou os pressupostos racistas do modelo original e desenvolveu o conceito de cultura arqueológica, acoplando-o ao evolucionismo materialista de origem marxista.

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração. Desta forma, seria possível tentar determinar os antepassados dos germanos ou dos guaranis. Este modelo, ainda que tenha sofrido muitas críticas,

¹ Departamento de História, IFCH-UNICAMP, C. Postal 6110, Campinas, 13081-970, SP, pedrofunari@sti.com.br.

como veremos, continuar a ser o mais utilizado em Arqueologia, em suas múltiplas variantes e formas.

O primeiro assalto consistente a esse paradigma viria daqueles que não praticavam a Arqueologia de cunho filológico e histórico, à maneira européia. No contexto da Arqueologia antropológica norte-americana, surgiu um movimento, na década de 1960, que se auto-denominava de *New Archaeology* ou Arqueologia Processual, capitaneada por Lewis Binford. Começou-se com o grito de guerra de que “a Arqueologia é Antropologia ou não é nada”, em claro desafio ao caráter histórico da Arqueologia histórico-cultural. A História estaria em busca dos eventos e das culturas singulares, enquanto a Antropologia americana ressaltava que haveria regularidades no comportamento humano. Buscavam-se, pois, leis transculturais de comportamento. Partia-se do pressuposto que os homens maximizam os resultados e minimizam os custos, em qualquer época e lugar. Assim, estudar o assentamento humano há dez mil anos na Mesopotâmia ou na China deveria partir dos mesmos pressupostos e pouco importavam as características históricas específicas. A Arqueologia processual refletia bem uma visão capitalista do passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais. Surgida no contexto da Guerra Fria e tendo atingido seu ápice na década de 1970, ela continua bastante difundida, ainda que nunca tenha conseguido suplantar, em popularidade acadêmica, o modelo histórico-cultural.

A partir da década de 1980, começaram a surgir críticas mais contundentes ao processualismo. Nas Ciências Humanas, em geral, difundia-se o pós-modernismo e as críticas à idéia de verdade científica. A partir da noção de que as ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais, desmontou-se a lógica do processualismo: os homens não foram sempre e em toda parte capitalistas! Alguns, como Ian Hodder, começaram a ressaltar que havia uma dimensão simbólica na cultura que não podia ser deixada de lado, já no início da década de 1980, mas foi a publicação de *Re-Constructing Archaeology*, por Michael Shanks e Christopher Tilley, em 1987, que marcou o processo de *reconstrução* da Arqueologia. Os autores uniram as vertentes filológicas, históricas e filosóficas da crítica social às reflexões da Antropologia contextual, em um ataque devastador aos pressupostos histórico-culturais e processuais, caracterizados como discursos a serviço das potências imperialistas e da exploração. Já antes disso, Bruce G. Trigger constatava que a *New Archaeology* era uma forma de Arqueologia imperialista. A Arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos.

Foi neste contexto que surgiu o *World Archaeological Congress* (Congresso Mundial de Arqueologia), em 1986, congregando arqueólogos e outros estudiosos, assim como indígenas, preocupados com as dimensões sociais da Arqueologia. Shanks e Tilley constataram que o próprio nome da disciplina pode ser interpretado como o “conhecimento do poder”, retomando um dos sentidos da palavra *arque*, em grego. A partir da década de 1990, esse engajamento levou a um

crescente dinamismo da chamada Arqueologia Pública (*public archaeology*), entendida como toda a pletora de implicações públicas da disciplina, do cuidado pelo patrimônio aos direitos humanos.

A partir do final da década de 1990, há um crescente pluralismo interpretativo na Arqueologia. Os modelos fundados no histórico-culturalismo continuam muito difundidos, tanto por serem os que mais cedo surgiram e terem continuado a desenvolver-se, como por responderem a inquietações históricas concretas, como é o caso da busca das origens pré-históricas de povos como os tupis ou os guaranis. A partir da década de 1960, uma vertente histórico-cultural importante em certos países latino-americanos foi a Arqueologia Social Latino-Americana, teoria fundada em Childe e que se aplicou bem à reconstrução das grandes civilizações pré-colombianas, como a maia, inca e asteca, que estariam na base das modernas nacionalidades de países com forte presença indígena, como o México e o Peru.

O processualismo, por sua parte, continua importante, em particular por fornecer esquemas interpretativos aplicáveis a qualquer contexto histórico. Assim, o estudo da captação de recursos e dos padrões de assentamento tem se beneficiado das ferramentas interpretativas da *New Archaeology*, sendo seus métodos mais usados em certos países, como na Europa Oriental ou na Argentina, ou em determinadas instituições de pesquisa. A Arqueologia contextual, em suas mais variadas manifestações, tornou-se conhecida em toda parte e assumiu a vanguarda em países como a Inglaterra e em diversas instituições pelo mundo afora, em primeiro lugar no mundo anglo-saxão, mas também alhures. A convivência de diferentes e, às vezes, contraditórias teorias em Arqueologia constitui uma salutar característica da disciplina na atualidade.

Neste contexto, pode afirmar-se que a Arqueologia Histórica é uma disciplina ainda muito jovem, tendo se institucionalizado há apenas quarenta anos, nos Estados Unidos. No Brasil, sua prática tem-se ampliado, principalmente, a partir da década de 1980, em parte como resultado da restauração paulatina das liberdades públicas e do declínio do arbítrio, primeiro com a anistia (1979), o relaxamento da censura e, ao cabo, com a passagem a um regime civil em 1985.

A primeira questão epistemológica a ser abordada refere-se àquela mais central e que se encontra no cerne de todo engenho da disciplina: seu estatuto ontológico. A Arqueologia, surgida em solo europeu herdeira da tradição ocidental renascentista, teve algumas de suas bases assentadas na História da Arte, na Arquitetura acadêmica, no mundo das formas. Este período pré-histórico da Arqueologia marcou profundamente a disciplina, em busca das grandes estátuas gregas, da *aisthesis*, da percepção das etéreas linhas da beleza marcadas no mármore e noutros materiais nobres. Quando o século XVIII testemunhou o avanço das Luzes e uma nova universidade tomou forma, a Filologia passou a erigir-se como fundamento último da humanidade e o próprio estudo das formas, já multissecular, passou a ser apresentado à semelhança das línguas. A nascente Filologia já se havia inspirado na Biologia para decompor as línguas em troncos e filiações, assim como para apresentá-las, à maneira dos seres vivos, com nascimento, crescimento, ápice, declínio e

desaparecimento e tais metáforas foram passadas, *mutatis mutandis*, para a cultura material. Neste contexto, a Arqueologia não podia deixar de ser filológica e, portanto, histórica.

Muito diversa a Arqueologia surgida do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos. Ao lado de uma Arqueologia européia logo implantada nas universidades e museus americanos, tão bem representada pelas Arqueologia Clássica, Bíblica, do Egito e da Mesopotâmia, surgia outra, a Arqueologia pré-histórica. As Arqueologias surgidas no Velho Mundo estudavam a civilização européia e suas origens, voltavam-se para as próprias sociedades em que se inseriam. Nos Estados Unidos, surgia uma disciplina voltada para aqueles que *não* faziam parte da civilização ocidental, a Antropologia interessada no substrato humano dos diversos povos. Para tanto, era necessário conhecer as línguas indígenas (Linguística), as tribos existentes (Etnologia) e aquelas extintas (conhecidas pela cultura material e estudadas pela Arqueologia pré-histórica).

O estudo da cultura material recente das sociedades ocidentais demorou, portanto, a surgir e quando o fez encontrou-se na encruzilhada de diversas origens e abordagens. Na Europa, o estudo arqueológico destes últimos séculos, por vezes chamada de Arqueologia Pós-Medieval, continua a ser prática minoritária, mas sempre vinculada à lógica narrativa das origens históricas e, com frequência, na esteira de um discurso das formas eruditas e das elites. Nos Estados Unidos, onde a disciplina se desenvolveu com grande êxito, as raízes antropológicas da Arqueologia Histórica permitiram que se criassem narrativas críticas, ainda que prevaleça a lógica das nobres origens da nação. As tensões epistemológicas no interior da Arqueologia Histórica, nos Estados Unidos, refletem sua dupla face: por um lado, a suntuosidade material da civilização euro-americana forma a base de uma narrativa dominante conservadora e que justifica o domínio do mundo. Por outro lado, ao poder voltar-se sobre si mesma como se estudasse uma outra humanidade, à maneira da Antropologia, podem surgir os conflitos, as maiorias silenciadas, a materialidade da opressão e da resistência.

Neste contexto mais amplo, a Arqueologia Histórica brasileira não deixa de compartilhar das aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da Arqueologia Histórica no Brasil, está o patrimônio, bem material de alto valor monetário e *eo ipso* símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio. Patrimônio é aquilo que poucos têm, é o cabedal a ser passado de pai para filho, de proprietário a proprietário, apanágio de poucos. Deste sentido jurídico de patrimônio deriva o uso cultural do termo. Trata-se, pois, de bens que demonstram a proprietários e não proprietários seu devido lugar na ordem social. Também em nosso meio, pois, a disciplina surge como reforço material de narrativas hegemônicas, ainda que os discursos dominantes sejam diversos daqueles prevaletentes nos Estados Unidos ou na Europa. Para uns o individualismo capitalista da América, para outros a tradição aristocrática européia, enquanto no Brasil as narrativas dominantes fundam-se no patriarcalismo escravista. Nos Estados Unidos, a Arqueologia constrói ou desconstrói um individualismo capitalista, na cultura material cotidiana de capitalistas ou de trabalhadores, à porcelana de aparato se opõe a cerâmica dos operários, a grande arquitetura erudita à construção vernacular. Uns falam da grandeza dos antepassados, outros ressaltam as lutas dos humildes

trabalhadores. Na Europa, ao culto à tradição aristocrática, opõe-se o cotidiano de camponeses e trabalhadores. No Brasil, não há individualismo capitalista nem tradição aristocrática que resistam à escravidão e à exclusão social de amplas maiorias, ademais heterogêneas ao extremo: de negros a indígenas, de pobres imigrantes a judeus errantes, de sertanejos a seringueiros.

As conseqüências epistemológicas dessas particularidades brasileiras não podem ser subestimadas. A ciência periférica caracteriza-se pela importação de discursos dos centros hegemônicos e, neste caso, como encontrar o individualismo burguês ou a tradição aristocrática, os camponeses ou os operários, tais como aparecem nos estudos da Inglaterra e da Nova Inglaterra? Os discurso dominante de elogio da tradição ou do individualismo burguês adapta-se mal aos trópicos, artificial quando aplicado a sociedade tão pouco burguesa ou aristocrática *sensu stricto*. O contra-discurso, por sua parte, não pode inventar, senão de forma caricata, a resistência pelo consumo capitalista, como se faz nos Estados Unidos, nem propugnar a criação de uma consciência de classe no cotidiano das lutas fabris e camponesas, como no Velho Mundo. Os sujeitos sociais fragmentados da Arqueologia Histórica no Brasil são mais ambivalentes e contraditórios, a começar de uma elite patriarcal predatória e truculenta, pouco instruída, infensa a qualquer liberdade: pouco aristocrática e em nada burguesa, a despeito do uso de porcelana e perfumes que, alhures seriam sinal de uma coisa ou de outra. Do outro lado, os sujeitos são heterogêneos por definição: indígenas, negros, mulatos, libertos, pobres, caboclos, sertanejos, num elencar sem fim de lutadores que não eram tampouco indivíduos como seus congêneres dos centros hegemônicos americanos e europeus. Não é por acaso que a Arqueologia Histórica engajada e pública volta-se, precisamente, para resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, negros e de todos os outros excluídos das narrativas dominantes. Essas tendências, cada vez mais importantes no contexto mundial, tornam-se, da mesma forma, mais e mais conhecidas e praticadas no Brasil, inserindo nossa Arqueologia nas práticas internacionais.

Bibliografia

Funari, P.P.A., Hall, M., Jones, S. (eds). 1999 *Historical Archaeology, Back from the edge*. Londres, Routledge, 1999.